

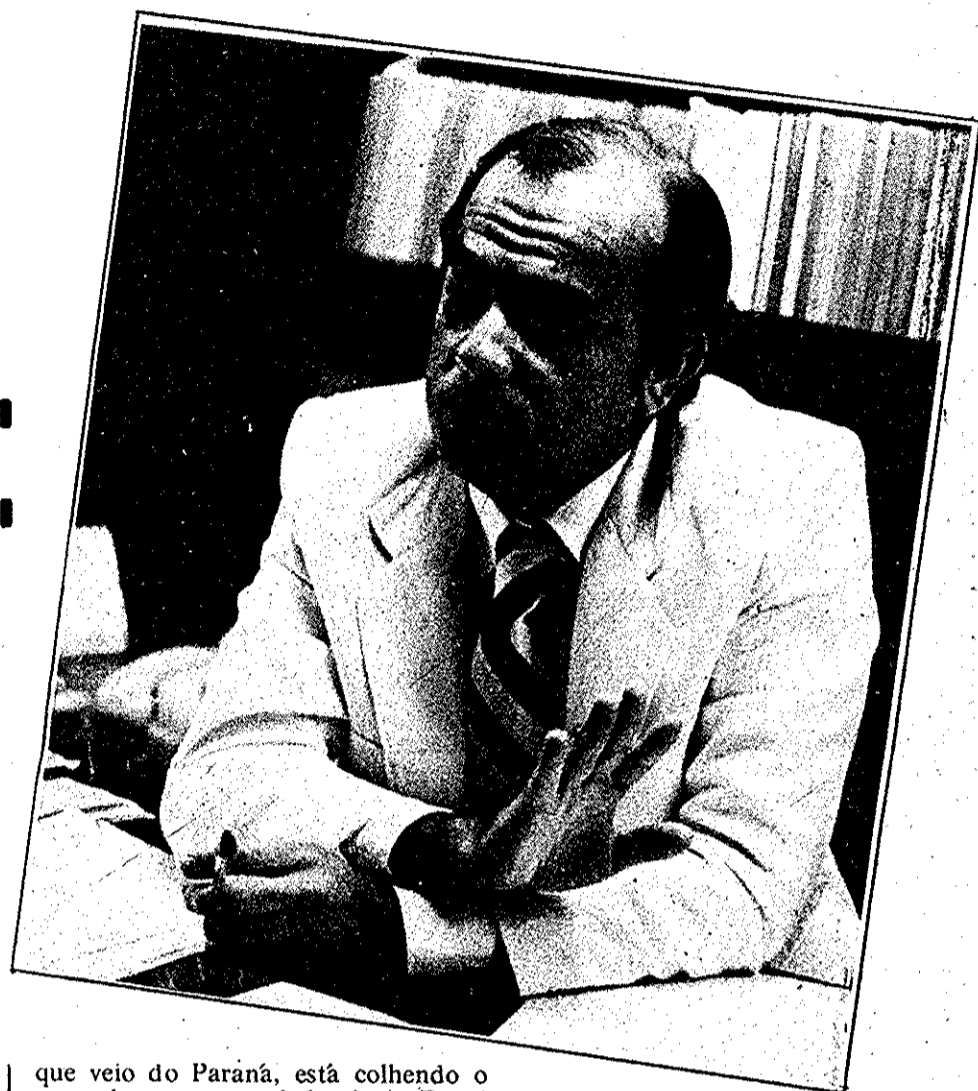
Pata - o fig.



Juiz federal aos 37 anos, Lázaro Guimarães julga o caso dos índios Pataxó Hã-Hã-Hãe, que disputam com caucultores e pecuaristas a área da reserva Paraguaçu-Caramuru nos municípios de Camacã e Pau Brasil. Dos 36 mil hectares que os índios possuíam por decreto estadual de 1926, o juiz Lázaro concedeu liminar para que os Hã-Hã-Hãe permanecessem nos 1.200 hectares que lhes sobraram, no ano passado, na Fazenda São Lucas, depois que o Governo do Estado decidiu titular posses arrendadas por fazendeiros dentro da reserva. A liminar do juiz Lázaro foi referendada pelo Tribunal Federal de Recursos, a quem recorreu o fazendeiro Jener Pereira Rocha que garante ser o dono das terras. Depois de amanhã, segunda-feira, o juiz preside a audiência de "Instrução e Julgamento", que dará a sentença final sobre a Fazenda São Lucas. Ex-repórter do JORNAL DA BAHIA, ex-assessor de imprensa do então prefeito de Salvador, Antônio Carlos Magalhães, Lázaro Guimarães acha que os índios devem ficar quietos até que o Tribunal Federal de Recursos decida sobre os 6.500 hectares reivindicados pela Funai, e Supremo Tribunal Federal julgue a ação dos índios que exigem de volta os 36 mil hectares da reserva original. Lázaro não está do lado dos índios nem dos fazendeiros, nem do Governo, mas do lado da lei. E garante que não recebeu pressões. É o que conta nesta entrevista a Vander Prata.

LÁZARO GUIMARÃES:

"Não recebi pressão. Os índios devem aguardar a Justiça"



JBa: A decisão do Tribunal Federal de Recursos, em ratificar sua decisão judicial de que a área da Fazenda São Lucas é dos índios merece uma reflexão: o que pensa o juiz, o que pode significar esta primeira vitória dos indígenas na Justiça na permanente luta pela posse da terra no Brasil? Significa que a Justiça pode ser bom juiz das causas indígenas?

Lázaro Guimarães: A ação possessória que a Funai propôs, tem por objeto a Fazenda São Lucas, antes ocupada pelo réu Jener Pereira Rocha. Em abril de 82 os índios voltaram de Minas Gerais e reocuparam a fazenda, que era o centro da reserva Caramuru-Paraguaçu. E como se sentiam ameaçados a Funai sentiu a ameaça, que havia alguma reação contra a ação deles, daí ingressou com este interdito proibitório. Depois de ir lá, verificar pessoalmente a situação dos índios no local, de fazer uma reunião no cinema de Pau Brasil com mais de mil posseiros, de verificar todo aquele estado de litígio, de tensão existente na área, e ainda diante da documentação produzida, concedi a liminar. Ela é antecipativa. Na segunda-feira é que será a definitiva, com a "audiência de instrução e julgamento" que pode confirmar ou cassar a liminar.

Houve o recurso ao Tribunal Federal de Recursos, este negou provimento confirmando minha decisão, contra o recurso do réu e do Estado da Bahia.

JBa: O quê que o Estado da Bahia pretende ao entrar com recurso contra os índios?

Lázaro Guimarães: O Estado interveio como assistente. Ainda em dezembro o Estado interveio, ele considerava essas terras devolutas, pertencentes ao Estado, seria ele então também réu. Eu neguei esta intervenção do Estado como réu, como pretendia a petição. Por que? Porque na ação possessória não se discute o domínio da propriedade de mas uma relação de fato com a pessoa, a posse da terra.

Nesta ação possessória não se discute se há terra titulada ou não, de ser do domínio ou não do Estado. Então admiti o Estado como mero assistente, por ter interesse jurídico. Dessa decisão minha o Estado também recorreu dizendo que não seria simples assistente mas co-réu digamos assim. O Tribunal Federal de Recursos negou provimento a esse agravo de instrumento do Estado, mantendo minha decisão.

JBa: De um lado, o índio enfrenta o fazendeiro, de outro, o Estado. Quem fica do lado do índio? A Justiça?

Lázaro Guimarães: Só o Supremo é que vai dizer se estes títulos dos 36.000 hectares totais são válidos ou não. Quanto à posse da Fazenda São Lucas, dia 10, segunda-feira fica resolvido. Num prazo de 10 dias darei a sentença. Mas, seja favorável ou contrária aos índios, a liminar se mantém. De qualquer maneira a Fazenda São Lucas está garantida, nos seus 1.200 hectares, para os índios.

Respondendo à pergunta, toda relação humana é complexa, mas a gente pode reduzir a alguma simplicidade. O esforço que toda pessoa deve fazer no momento, é no sentido de que os índios lá na Fazenda São Lucas aguardam a

ação maior que está no Supremo, sobre os 36.000 hectares. Porque os índios só contam com a proteção judicial em relação a estes 1.200 hectares da São Lucas. O restante da área está litigiosa.

Somente na área da São Lucas, eles têm a garantia de ocupação legítima. Se eles partem para incursões em fazendas vizinhas, a situação deles fica vulnerável. Ai eles passam a cometer um ato que o ordenamento jurídico nacional considera de violência. Uma violência que se equipara — você pode até dizer "esta violência seria justa, a outra seria injusta" — mas isto em termos de Direito não vai fazer diferença. É violência e ilegítima. É um crime, um exercício arbitrário das próprias razões. Ainda que você ache que tenha razão, você não pode fazer Justiça pelas próprias mãos. A Justiça privada está abolida desde os primórdios da civilização.

Os índios podem confiar na Justiça. Me parece que até o momento ela não tem falhado, pelo menos neste episódio dos pataxó. Eles estão na Fazenda São Lucas sob proteção da Justiça. Quanto à outra ação, o que está no Supremo, está demorando, mas são 400 e tantos réus. São 400 e tantos réus no interior de Itambé até perto do extremo-sul, uma área de 36 mil hectares. Vai demorar um pouco.

Mas enquanto ela tramita, o que custa aos índios ficarem lá na Fazenda São Lucas?

A Funai propôs um acordo em torno de 6 mil e poucos hectares, e o presidente da República teria que baixar um decreto considerando a desocupação dessas terras pelos índios. Voltando à questão, o índio pode confiar na Justiça. Mas, a gente precisa procurar todos os instrumentos para a realização dos nossos direitos, não pode ficar só esperando justiça, justiça, justiça. Tem meios diversos: a conversa com a parte antagonista, os meios administrativos, a proteção da Funai que deve ser efetiva, a demarcação das terras e finalmente, o acesso ao Judiciário, não encontrada nenhuma solução através desses meios.

JBa: A partir dessa sua experiência em trabalhar com a causa indígena, eu perguntaria de onde vêm as pressões contra essa defesa? Vem dos fazendeiros, através de pressões econômicas, ou vem do Estado, exercendo o Poder político? O que você tem enfrentado?

Lázaro Guimarães: Me criei aqui em Salvador, as pessoas me conhecem. Durante minha vida toda tenho uma linha de comportamento... De fazendeiro nenhum, nenhum tipo de pressão. Por parte do Governo do Estado, não posso dizer que recebi pressão nenhuma, apenas, o ex-governador Antônio Carlos Magalhães demonstrou que estava preocupado com a situação e procurou defender os interesses do Estado. Mas de jeito nenhum ele me pressionou, isso eu não posso dizer.

JBa: Ele fez o que para demonstrar seus interesses?

Lázaro Guimarães: Atuou, mostrou que estava preocupado, achava que o

Estado tinha razão, mas sem pressões. Inclusive quando era jornalista, eu fui assessor de imprensa dele, quando foi prefeito daqui. Ele me conhece, não faria isso.

JBa: Então vamos revirar a questão até que ano? Porque foi o Estado da Bahia, antes de qualquer fazendeiro entrar nas terras, foi o Estado que se apossou do que pertencia de fato aos índios Pataxó. O Estado considerou terras suas e passou a fornecer os títulos aos fazendeiros.

Lázaro Guimarães: Não quero me pronunciar agora, porque isto é objeto também do processo que ainda vou julgar, e do outro que corre no Supremo. Mas eu poderia dizer, em tese, a você, que a questão não é tão simples assim. A História é um processo em movimento. Então, de 1926, quando foi feita a demarcação daquela área, muito tempo passou, os personagens mudaram, e a ação humana se desenvolveu naquela área. O Estado alega que os índios não ocuparam toda aquela área, e alega também que não se concretizou a destinação da área como reserva indígena porque não se oficializou a demarcação.

Diz o Estado que a área foi abandonada, digamos assim. A área que não foi ocupada, o Estado considerou terra devoluta e titulou a terra. É uma alegação que vou pronunciar na minha sentença, em relação à Fazenda São Lucas. O restante será no Supremo. Essas titulações ocorrem desde 1930, títulos outorgados por Mangabeira Juracy Magalhães, Roberto Santos e Antônio Carlos Magalhães.

JBa: A Funai está mesmo a favor do índio brasileiro?

Lázaro Guimarães: Foi a Funai que trouxe os índios de volta de Minas Gerais para a reserva Caramuru-Paraguaçu. Foi a Funai que ingressou com a ação anulatória dos títulos, foi a Funai que ingressou com o interdito proibitório. A Funai tem mantido o serviço de assistência; os índios se queixam, e tal, mas de qualquer maneira, neste processo sob o qual posso falar, a Funai tem dado assistência.

JBa: Como são estas terras em litígio, são muito férteis, a região envolve muitos interesses econômicos?

Lázaro Guimarães: Muito rica, basta dizer que na zona da pecuária, próxima a Itambé, estão propriedades exploradas, todas elas. Na área do cacau a mesma coisa. Existem outras áreas, ocupadas por pequenos posseiros com cultura de sobrevivência. Existem todos estes interesses antagonísticos aos interesses dos índios. O problema todo está neste choque. As terras foram reservadas aos índios desde 1926.

JBa: A ascensão de um líder como Juruna no plano da política nacional pode contribuir para a causa dos índios?

Lázaro Guimarães: Para a comunidade indígena nacional, a eleição do deputado Juruna foi um marco. E ele tem defendido energeticamente, vibrantemente estes interesses.

JBa: Como estão vivendo os Pataxó na área? Sobrevivem do quê?

Lázaro Guimarães: As terras são muito ricas, eles poderiam estar plantando... tem um parente de uma índia

que veio do Paraná, está colhendo o que plantou, uma beleza! A Funai distribui semanalmente comida...

JBa: Você não acha que são atitudes paternalistas-assistencialistas, não vão resolver o problema de subsistência dos índios?

Lázaro Guimarães: Mais importante que esta distribuição, essa distribuição não é importante, é o cultivo daquela terra. As vezes fico irritado com o tempo que se perde-coisa ridícula, meu Deus, para ensinar o índio a repelir a presença dos peritos, por exemplo, de realizar os exames na área. Foram realizar a perícia na região. Gatarem-se mais de 3 meses pela resistência oposta pelos índios, a parte comandada pelo cacique Nailton.

Resistência ao trabalho dos peritos, indispensável aos processos. Foram dizer aos índios que era para tomar a terra deles.

JBa: Quem fez isso?

Lázaro Guimarães: Os informes que tenho recebido são de que a ANAI e o CIMI, botaram na cabeça deles isso. Não tem nada a ver. Perdeu-se 3 meses, que poderiam ser aproveitados em orientação de trabalho, para plantar, para colher, de uma maneira geral. Agora, ao invés de se recuperar o tempo perdido, tão botando na cabeça dos índios que eles devem invadir as fazendas vizinhas, que diabo! Pensar em preparar guerra de um exército de Brancaneone! Devia-era dar orientação para eles trabalharem a terra, para ficarem na terra. Enquanto aguardam uma ação que pode aumentar a área deles lá. Não é?

JBa: Como você vê a atuação destas instituições, os antropólogos da ANAI e os religiosos do CIMI, em relação aos índios?

Lázaro Guimarães: Eu vejo com muitas reservas, na prática, esta atuação. Porque o que eles têm feito só tem prejudicado a vida dos índios. No caso da perícia, que relatei, eu vi declarações desse pessoal, contra a perícia. Meu Deus: como é que se pode ser contra a realização de uma prova requerida, pela Funai, indispensável ao curso do processo? Com que sentido? Como é que se pode defender invasões vizinhas pelos índios, se eles estão sob proteção judicial na fazenda São Lucas? Tem que se cuidar de aproveitar este espaço que conquistaram.

Uma das deficiências da fazenda São Lucas, é a carência de água. Se eles tivessem convivência pacífica com os fazendeiros, tem fazendas vizinhas com água, estaria resolvido este problema.

JBa: O que deve ser feito para dar solução, melhorar a dignidade de vida dos índios brasileiros?

Lázaro Guimarães: É complexo. Mas eu procuraria conhecer primeiro os problemas de cada tribo. Respeitar os valores, a cultura, manter a integridade de cada tribo. E garantir a posse da terra, com o que se daria apenas cumprimento a uma regra constitucional — artigo 198 da Constituição Federal. Isto não seria um sonho, apenas o cumprimento da lei maior que garante a posse dos territórios habitados pelos indígenas.

Garantida esta posse, estimular a atividade produtiva, respeitados seus valores, estudados os problemas de seus contatos com os males da civilização branca.

JBa: A emancipação do índio piora sua situação?

Lázaro Guimarães: Não resolve. Nós às vezes pensamos que se resolve os problemas mais sérios com lei. A lei não resolve nada. Os índios necessitam desta tutela, na medida em que a Funai os aglutina, e os colonizadores que exploram a terra arrasariam com eles. Não é possível para eles compreender as leis, os direitos. O que gera a capacidade civil? A presunção de que o indivíduo seja apto a exercer os seus direitos. Pra exercer seus direitos é preciso compreender os limites deste direito, para que ele seja eficaz. Se os índios não têm culturalmente aptidão para compreender toda a gama de direitos-deveres-obrigações decorrente do ordenamento jurídico nacional, como é que de repente poderão ter capacidade civil pra exercer estes direitos?

Por que? Porque ele está arraigado à sua própria cultura, então, para ele conviver com a cultura dominante é preciso que ele seja destinatário de uma proteção especial, por um órgão do Estado.

JBa: Salvo um pouco do assunto índio...por que se acredita tão pouco na Justiça do Brasil?

Lázaro Guimarães: Na minha escola (NR: Universidade Católica - onde leciona Direito Civil) fizemos uma pesquisa de opinião pública e o resultado foi deprimente. Mostrou uma Justiça enormemente descredenciada, a margem de imagem negativa do juiz é acentuada e, o que é pior, a indiferença das pessoas com relação à Justiça — mais da metade dos entrevistados, de Amaralina, Federação, etc disseram isso.

Eu localizo esse descrédito também pela falta de credibilidade nas instituições, um processo geral que está acontecendo com a sociedade brasileira. Um processo de deterioração que vem se desenvolvendo ao longo das últimas décadas. É a realidade que se sente, o agigantamento da intervenção do Estado, a disseminação do Estado na economia, e a ênfase dada à economia. Tudo isto fez com que o Estado se descuidasse de objetivos essenciais: educação, saúde, justiça, e segurança pública do indivíduo.

Enquanto o Estado se agigantou, a intervenção econômica não gerou resultados sólidos e nos levam à crise, e a crise quase nos leva de roldão. No campo educacional, pioramos. Anteriormente, a imagem do homem da Justiça era bem melhor. Hoje a formação profissional deste indivíduo é precária. Eu vejo as escolas formando péssimos profissionais. Tenho visto decisões de juizes completamente sem forma jurídica, decisões às vezes puramente pessoais e interesseiras.